

de São Paulo Governo paulista e CEF acertam a rolagem de Cr\$ 7,7 trilhões do Banespa

por Andréa Doré
de Brasília

O secretário de Fazenda de São Paulo, Eduardo Maia, e o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Danilo de Castro, assinaram ontem o primeiro contrato de rolagem da dívida entre o estado e o agente financeiro estimado em Cr\$ 8 trilhões. Parte da dívida — Cr\$ 4,2 trilhões — será paga de acordo com a lei que substituir a nº 8.388, que define as regras para as negociações das dívidas dos estados com a União. Hoje representantes dos governos estaduais se reúnem com técnicos do Ministério da Fazenda para discutir o novo projeto de lei.

A maior parte da dívida de São Paulo com a CEF foi contratada pelo Banespa, totalizando Cr\$ 7,689 trilhões. A parcela de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) é de Cr\$ 291 bilhões e do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo é de Cr\$ 73 bilhões. O débito global junto à CEF chega a Cr\$ 18 trilhões, também computados os contratos a vencer.

Pelas condições acertadas ontem com a assinatura do contrato de renegociação, realizada com a presença do ministro Gustavo Krause, um volume correspondente a Cr\$ 3,8 trilhões será pago em dezoito prestações mensais. A primeira parcela vence no início de janeiro, mas o estado já vai pagar neste

mês uma prestação inicial de Cr\$ 209 bilhões.

A dívida com a CEF será corrigida pela Taxa Referencial (TR), mais juros de 12% ao ano. Segundo Danilo de Castro, essas condições são ainda superiores a outros acordos assinados entre as duas partes, onde os juros variam de 9 a 11%. O presidente da CEF informou que recebeu como garantia cotas do fundo de participação dos estados. Outros três estados também estão em negociação com a Caixa: Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba, além da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Com a rolagem da dívida, poderá ser efetivado um contrato entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a despoluição do rio Tietê. Estão envolvidos nesse acordo US\$ 450 milhões, sendo que US\$ 350 milhões são garantidos pelo BID. A renegociação vai permitir a regularização da situação do governo paulista, através da Sabesp e do DAEE, junto ao BID e ao Overseas Economic Cooperation Fund, do Japão.

A dívida total do Estado de São Paulo é de US\$ 18 bilhões (Cr\$ 189 trilhões), incluídos acordos externos.

Os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) totalizam US\$ 600 milhões. O setor elétrico deve US\$ 3,9 bilhões, a dívida mobiliária é de US\$ 4,2 bilhões e com o Banco do Brasil ela alcança US\$ 3,5 bilhões.